

A ILHA FLUMINENSE MARCADA COM X

Resultado de investigação finalizada

GT 15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável.

Silvio Cesar Alves Rodrigues

Apresentamos resumidamente conteúdos da dissertação “A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território na Baía de Sepetiba” defendida no Instituto de Planejamento Urbano e Regional - UFRJ. Observamos no processo a dinâmica de desterritorialização e reterritorialização. Apreendemos a reconfiguração da paisagem, da cultura, dos valores simbólicos e materiais, responsáveis pela convivência na Ilha da Madeira, bairro do município de Itaguaí, às margens da baía de Sepetiba no Rio de Janeiro. Comunidade de pescadores artesanais que nos últimos anos, assiste disputas de apropriação, recebe marcas do interesse político e econômico e vê insurgir um conflito socioambiental. Refletimos sobre o futuro, políticas públicas e significados de “progresso” e “crescimento econômico” para o núcleo social/meio ambiente.

Palavras chave: Ilha da Madeira, Baía de Sepetiba, sustentabilidade.

Neste trabalho, permeado por elementos do simbólico e representativo (Bourdieu, 2009), ponderamos para maior compreensão, aclarar o emprego de alguns termos. “A ilha fluminense marcada com X”, reporta a Ilha da Madeira, um bairro do município de Itaguaí, circunscrito na região da Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, que prioritariamente desenvolve práticas e atividades tradicionais como a pesca artesanal e o turismo ecológico. A denominação “fluminense” corresponde ao gentílico derivado do latim *flumen* (rio, fluvial, flumíneo) para designar pessoas e áreas nesse estado brasileiro. A letra “X” - que de acordo com algumas versões, se origina do “samek” (peixe em fenício), cuja representação foi simplificada pelos gregos, incorporada por etruscos e romanos - entre outras leituras, acolhe acepções de confronto (*versus*), incógnita, exportação, multiplicação e de alvo, neste caso assinala os expedientes que perspectivam a inversão de capitais com finalidade de reproduzi-los enquanto amplifica riscos e potenciais de desconstrução no lugar.

O despertar deste pressuposto é fruto da sensação, de que na “era da hegemonia capitalista” informação, ciência e técnica foram convertidas em mercadorias. Por força desse imperativo a produção do conhecimento, prioritariamente se destina a criar e atender demandas, ordenadas pela assimilação de formas renovadas “da” e “na” estrutura, anunciando as “prateleiras do mercado” como percurso mais viável para suprir “necessidades”. Consideramos esse deslocamento modelar os indivíduos e cidadãos, levando-os adquirir a forma de padrões, consumidores, operários e supranumerários, segundo Robert Castel (1998), trabalhadores sem trabalho. Desta forma, acessos, conteúdos e recursos são canalizados, restringidos e controlados pela mediação do dinheiro, dinâmica subjacente que influencia as relações sociais, *locus* da troca, pela naturalização e compreensão da fórmula como única via do possível. Por força da lógica economicista, paralela ampliação das capacidades técnicas e simultâneo potencial deflagrador de riscos, os “lugares de pobres”¹, devido aos baixos preços da terra e tímida capacidade de articulação e resistência, tornaram-se mais vulneráveis e suscetíveis ao mantra “eficiência e competitividade”, conseqüentemente, com maior frequência tornam-se alvos marcados com “X”.

¹ Onde tanto estrutura como as relações sociais são definidas por valores, compreensões e solidariedades, e, as atividades de baixa escala, dependentes da boa qualidade dos recursos naturais, garantem a subsistência.

Posto isso, segundo Umberto Galimberti, vivemos na época onde “a técnica, como ambiente neutro no qual o homem não sabe se conduz ou é conduzido” (2006, p.16), por este entendimento o seu emprego, em virtude de processar refuncionalizações e inibir hábitos, dissolve arranjos socioeconômicos, ecológico-culturais e conduz a desfechos imprevisíveis. Segundo Canclini (1994),

Os movimentos contemporâneos transnacionalização e desterritorialização da cultura (migrações, indústrias, culturais etc) têm mudado os processos de formação, produção e transformação dos patrimônios simbólicos em relação aos quais se define o perfil da vida cotidiana e os traços de identificação dos grupos. (p.100).

Tais infortúnios começaram a serem sentidos na Ilha da Madeira, quando soluções econômicas, políticas e técnicas, com vistas a remediar prejuízos gestados entre 1959 a 1998, foram apresentadas e deram início a novos horizontes de expectativa no espaço de experiência (Koselleck, 2006). Nesse período o bairro hospedou a Companhia Mercantil e Industrial Ingá², empresa que processava calamínicos e willemíticos³ a partir da técnica de indução química para produzir zinco. A ação dos catalisadores além do produto final gerava refugos tóxicos, que durante anos foram acumulados no pátio da empresa, estampando na paisagem uma montanha avermelhada de aproximados 30 metros, mais de três milhões de toneladas de metais pesados e um lago tóxico de 260 mil metros quadrados com 390 mil metros cúbicos de efluentes líquidos⁴. Pelo fato das substâncias nocivas atingirem o lençol freático, em suspensão as vias aéreas e por sucessivos vazamentos a Baía de Sepetiba comprometeu as condições ambientais, a saúde e a qualidade de vida.

Além de decretar o passivo ambiental, a Ingá gerou desemprego, processos trabalhistas e ações judiciais. Após sua falência, sob o regime da antiga Lei 7.661/45, as ações foram paralisadas permitindo abandoná-lo sem assumir responsabilidades. Ao imputar a degradação ao estuário⁵, determinou profundas cicatrizes sob o rastro de destruição e funcionou como reator da potencial Zona de Sacrifício⁶, condição que atualmente facilita o recrudescimento de disputas pelo território.

Com o novo *setup* definido, a justificativa de remediar o passivo permitiu especulações com vistas a mitigar impactos e riscos. Primeiramente aqueceram-se discussões entre pesquisadores, associações de pescadores e moradores, todavia somente a partir de 2005, por iniciativa dos aparelhos gestores do Estado, ações contundentes encaminharam-se. Entretanto a esperada recuperação ambiental se revestiu de interesses objetivados no caráter geopolítico e econômico, priorizando o crescimento econômico. Numa clara evidencia de que a fratura exposta permitiu esboçar legitimidade nas requestradas tentativas de apropriação, implantando uma espécie de processo civilizatório (Elias, 1993). Desta maneira avanços, não somente converteram-se em retrocessos, mas, por tencionar e efervescer

² Inaugurada em 1962, desde 1959 iniciaram-se obras de retificação pela Cia Balneário, antecessora a empresa do Senador Domicio Gondim Barreto, que adquiriu o terreno em 1960. As interferências implicaram em significativas modificações da paisagem, inclusive transformando a ilha em península, por conta dos aterramentos e ligação ao continente.

³ Concentrações de oxido de zinco, hematita e ganga.

⁴ Entre outras substâncias encontraram grandes concentrações de arsênico, chumbo, cádmio e mercúrio.

⁵ Estuário é um corpo de água semi-confinado na costa que tem ligação com o mar e dentro do qual a água salgada entra em contato com a água doce, proveniente da drenagem do interior das terras, formando um gradiente de salinidade. É a interação da água salgada com a água doce, qualquer que seja o modelo pelo qual se processe, que constitui a característica do estuário (PRITCHARD, 1967). Sob o ponto de vista geológico, a exceção dos estuários do tipo Fiordes, os estuários são feições transitórias, que normalmente acabam sendo preenchidos por depósitos de mangues, deltas e marés. Refere-se ao ambiente de sedimentação próprio dos estuários, bem como aos depósitos aí formados (Suguio, 1992).

⁶ Expressão utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

diferentes expectativas nos lugares e não-lugares da Baía de Sepetiba, materializa ameaças sobre o arranjo socioambiental e cultural.

Em 2007, o Estado encaminhou a formalização de protocolos e regulações, como o Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio de Janeiro (ZEE/RJ)⁷, “instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza”, assim descrito:

[...] instituído por lei aprovada em 2007 – é fundamental para a regulamentação de todos os investimentos governamentais e privados no estado, inclusive na Bacia da Baía de Sepetiba. Como essa bacia receberá grandes investimentos da CSA (Companhia Siderurgia do Atlântico) e da CSN (Companhia Siderurgia Nacional), entre outros, devido à ampliação do Porto de Sepetiba, espera-se que a população da região dobre no período de quatro anos. Assim, o Zoneamento Ecológico-Econômico torna-se imprescindível para ordenar esse crescimento, pois definirá quais serão as áreas adequadas para as diferentes atividades econômicas atraídas para a Baía de Sepetiba. A Lei Estadual no 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, regulamentou o zoneamento ecológico-econômico do Estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras”⁸.

Anuindo a opção por implantar um complexo industrial portuário e logístico que embora possa gerar significativos lucros, exige a produção de impactos sobre o meio ambiente, processa o desmantelamento das bases produtivas de subsistência e desestabilizando o arranjo social tradicional dependente do ecossistema. Pelo desmembramento, observamos estar dissociado da prerrogativa dos “estudos servirem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável”, mas coerente às demandas, expectativas e contradições próprias do Estado Neoliberal - que historicamente reconhece causalidades retroativamente – questionamos: Compensa?

Mesmo sob interrogações e limitada participação da sociedade - uma vez que audiências públicas servem mais ao cumprimento de um rito protocolar que ao estabelecimento de arenas discursivas - nos anos seguintes a Ilha da Madeira viu aportar, por ordem a ampliação do Porto de Sepetiba em 1998⁹, quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) associada com Vale do Rio Doce (VALE), através da Sepetiba Tecon S/A (STSA), ganharam em leilão público o direito de

⁷ O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bicombustíveis e das Mudanças Climáticas (Ministério do Meio Ambiente).

⁸ Disponível em: < www.sea.proderj.rj.gov.br/.../outrosproj_pdbsepetiba_zoneamneto.html>. Acesso em: 05 mai. 2009.

⁹ Em 1998 recebeu do BNDES e Orçamento Geral da União R\$113 milhões totalizando investimento acumulado de R\$300 milhões (desde o início das obras) instalando 210 m de cais, 200.000 m² de pátios para movimentação de cargas containerizadas, veículos em regime roll-on/roll-off, e concluir 70% do novo canal de acesso. Disponível em: <<http://www.portosrio.gov.br/antigo/sepetiba/Setpor.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

explorar, gerenciar e ser a concessionária do Terminal de Contêineres do Complexo “Portuário de Sepetiba”¹⁰, pretendendo ser o primeiro *Hub Port*, do Atlântico Sul. Medidas a reboque do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), irradiador de reconfigurações na cidade do Rio de Janeiro que fermenta uma miríade de projetos de requalificação urbana e paisagística - suscitando polemias, por exigir remoções e apresentar molduras eugênicas¹¹ - como o “Porto Maravilha”¹² que gradativamente arrefece atividades do antigo porto e as transfere para a nova e estratégica área.

Dando prosseguimento, em 2007 abalroou a LLX Operações Portuárias S. A.. Empresa do grupo EBX criada no mesmo ano, ao adquirir a antiga Pedreira Sepetiba Empreendimentos e Participações Ltda. Com investimentos totais previstos na ordem de R\$1,8 bilhões dos quais R\$1,2 bi financiados pelo “generoso” Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹³, a empresa deu início a construção do Superporto Sudeste. Em 20/05/2011 a gestão foi transferida para a MMX Mineração e Metálicos S. A. cancelado pelo leilão da Bolsa Mercantil & Futuros (BM&F/Bovespa) onde adquiriu 92,28% da PortX Operações Portuárias. Entretanto pelo “empobrecimento” do sócio majoritário Eike Batista, surgiram notícias da venda a outros grupos, entre eles a mineralizadora Suíça Glencore Xstrata¹⁴. Este cenário levanta dúvidas quanto responsabilidades sobre os impactos produzidos, aproveitando a “eficiência” da legislação e dos órgãos ambientais brasileiros, ávidos pelo cumprimento de regras socialmente justas, se serão realmente transferidas ou questionadas pelos novos proprietários e respectivos departamentos jurídicos?

Outro ato ocorreu em 27/06/2008, quando o legado da Mercantil Ingá - uma área “fantasma” de 968 mil metros quadrados avaliada em R\$120 milhões e dívidas superando R\$127 milhões - foi arrematado em leilão público por 60% do valor mínimo pela USIMINAS. Segundo o administrador da massa falida Jarbas Barsanti, o melhor possível por não haver outros interessados. Imediatamente a empresa informou a necessidade de investir R\$92 milhões para recuperá-la no objetivo de construir um terminal portuário com capacidade de exportar entre 25 a 29 milhões de toneladas ano (mta), para escoar a produção excedente de derivados de minério de ferro das suas minas no interior do estado de Minas Gerais e pelo RIMA reportou:

Assumi o compromisso de fazer a recuperação ambiental definitiva do terreno. Em todo o processo de aquisição da área, ficou claro que a responsabilidade ambiental da USIMINAS, pelo passivo, restringiu-se ao terreno em si, não envolvendo nenhuma outra área eventualmente contaminada na Baía de Sepetiba. (HAZTEC, 2010, p.7)

Por último, em 2010, justificado como de interesse e relevância ao bem público, fundeou a Ilha da Madeira, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, Estaleiro e Base Naval (Prosub-EBN), com a finalidade de construir, operar e manter Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear. Segundo a licença de instalação 08/2010, prevê a construção de um estaleiro e base naval, em aterro hidráulico protegido por enrocamento¹⁵, num total de 413.000 m² de área total; dragagem para implantação de bacia de evolução, também protegida por enrocamento, além de canal de acesso, em volume total aproximado de 6.875.000 m³; acesso viário ao estaleiro, com 600 metros de extensão, e túnel de acesso exclusivo com 671 metros de extensão.

¹⁰ Denominação modificada para “Porto de Itaguaí” em 2005, pela Lei Federal nº 11.200/2005.

¹¹ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/6908>>. Acesso em: 05 jun. 2013

¹² Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2013

¹³ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2406201018.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2013

¹⁴ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/eike-negocia-venda-do-porto-sudeste-para-glencore-diz-veja>>. Acesso em: 25 jul. 2013

¹⁵ Maciço composto por blocos de rocha compactados.

O projeto desenhado em 2008, pelos presidentes do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e da França Nicolas Sarkozy, com custo de €6.790.862.142, reúne a Marinha do Brasil, a francesa *Direction des Constructions Navales et Services* (DCNS) associada a brasileira Norberto Odebrecht, formando a Itaguaí Construções Navais (ICN). Na oportunidade o portal da Marinha¹⁶, sob assinatura do Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, defendeu a iniciativa nascer da vontade em superar o *apartheid* tecnológico “que sempre negou a países periféricos o desenvolvimento das tecnologias associadas ao domínio do átomo”. Nestes termos defendeu a importância de construir submarinos de propulsão nuclear:

A grandeza e a abrangência dessa construção obrigam que sua análise seja desdobrada segundo, pelo menos, três vertentes principais: a estratégica, que estabelece sua razão de ser; a tecnológica, que significa uma mudança de patamar para o Brasil; e sua contribuição para o desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa, que levará o País à auto-suficiência no projeto e na fabricação do seu próprio material militar.

De antemão os empreendimentos que se fixam na ancora do discurso oficial a partir do tripé: solução para o passivo ambiental; fonte de desenvolvimento da região; defesa de interesses e segurança nacional.

Montam um conjunto de ações com objetivo de dominar a natureza para produzir riqueza, ao serem armados e aclamados por argumentos a ressaltar interesse e relevância ao bem público reaquecem a disputa pela ocupação e uso do espaço. Igualmente promovem intervenções alterando características geomorfológicas anuídas e patrocinadas pelo Estado para viabilizar as instalações.

Recebem comendas de aprovação dos respectivos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) endossando procedimentos por meio das Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), outorgadas por órgãos ambientais de diferentes segmentos de licenciamento ambiental, de responsabilidade federal – IBAMA; estadual – INEA; municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca – SEMAAP. Este último em menor escala, devido a restrições do Decreto n° 42.440/10¹⁷. Tais licenças permitem processar o desmatamento, retificar e modificar padrões ambientais. Por exemplo, a Marinha do Brasil divulgou que: uma área marítima de 320 mil m² foi aterrada para a construção de dois píeres de 150 metros e três docas com 170 metros de extensão.¹⁸

Aparentemente, mesmo que o estudo, Macroplano de Gestão e Saneamento da Baía de Sepetiba de 1998, tenha diagnosticado tipos de vegetação nativa remanescente e de classes de uso da terra na bacia:

Floresta Densa e em Estágio Médio de Regeneração, Floresta em Estágio Inicial de Regeneração; Comunidades Vegetais de Afloramento Rochoso, Comunidades Vegetais de Restinga; Vegetação de Mangue; Vegetação de Mangue Degradado; Campo/Pastagem; Áreas Inundadas e Inundáveis; Reflorestamento; Áreas Agrícolas; Solos Exposto e Áreas Urbanas. (RODRIGUES, 2012, p.99)

¹⁶Disponível

em:

<http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/cm/Aimportanciadaconstrucaodosubmarinodepropulsaonuclearbrasileiro/Aimportanciadaconstrucaodosubmarinodepnb.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.

¹⁷ Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/downloads/decreto_42440_10.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2011.

¹⁸ Disponível em:<<http://www.naval.com.br/blog/tag/mb-prosub/#ixzz1ixgWkYyw>>. Acesso em: 05 jan.2012.

Estes indicadores não serviram para orientar precauções, muito pelo contrário, no levantamento que se segue, apresentamos áreas passíveis de supressão e compensações previstas pelos empreendimentos:

Tabela 1 Áreas de supressão e compensação por empreendimento

Empresa	Licenciador	Atividade	Área Supressão	Compensação
LLX/MM X	Inea	Extração argila, saibro e granito. Terminal Exportação de Minério	31,16 ha 5,74 ha Vegetação de Terra firme 1,8 ha Manguezal 0,12 ha Floresta Ombrófila Densa	100 ha Floresta 5,74 ha 5,4 ha Manguezal 1 ha F. Ombrófila Densa
EBN Prosub	IBAMA	Estaleiro e Base Naval	17,75ha	2,06ha
Usiminas	Inea	Projeto Integrado Remediação+Funcional	11,29 ha Floresta Ombrófila Densa 5,10 ha Manguezal	12 ha Floresta Ombrófila 6 ha Manguezal

Fonte: ECOLGY, 2008; MRS, 2009; Haztec, 2010.

No que tange a concentração perniciosa no entorno da Baía e particularmente no território estudado, as atividades siderúrgicas, mineradoras e logísticas, tradicionais irradiadoras de sensíveis mudanças, acabaram por despertar expiações e concomitantemente multiplica a contabilidade no item incerteza. Também compreendidos, como ameaças iminentes à estabilidade do arranjo socioambiental, bem como, às atividades artesanais tradicionais. Ao observar o quadro anterior, embora a contabilidade fria possa sugerir ganhos, moradores/pescadores questionaram aonde e como ocorrerão as compensações, de que forma a Ilha da Madeira e a Baía de Sepetiba poderiam ser beneficiadas?

A interrogação se fundamenta por exemplos de malversação das “compensações”, como reportou o Vereador Toni Coelho no blog Política de Itaguaí em 04/08/2011.

Durante a Expo 2011, ao entrar na festa com destino ao estacionamento, tivemos oportunidade de ver a área destinada ao que se chama de “Parque Municipal”. Fica difícil encontrar nesta área, alguma coisa que justifique o gasto dos 20 milhões, que foram “doados” pela LLX – MMX como compensação pelo desmatamento e o crime ambiental na implantação do Porto Sudeste na Ilha da Madeira. Fala-se na construção de uma super pista de Skate.¹⁹

¹⁹ Disponível em: <<http://www.politicaeitaguai.com.br/2011/08/ainda-da-tempo-charlinho-texto-do.html>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

Certamente os maiores catalisadores das iteradas transformações se refletem no conjunto de alterações promovidas na morfologia ambiental. Por sua natureza e necessidade de operação, os empreendimentos funcionam como reator e emulador de efeitos pressão, com incidência prejudicial às condições ambientais, conseqüentemente projetados as atividades artesanais. Fomentando a pressão antrópica, ou seja, “impactos causados a natureza pela ação humana” (MONTEIRO; SAWYER, 2001 apud RODRIGUES, 2012, p.28), com potencial de processar o esvaziamento de hábitos, práticas na promoção de desequilíbrio nos arranjos culturais, estruturais e sociais.

Observando que as violências propagam-se para além do local com efeito imediato e origina uma cadeia ainda maior de riscos, em meio a disputas internas e armadilhas arrivistas, lideranças na Ilha da Madeira e no entorno da Baía de Sepetiba articularam reações. Não mais ambicionavam desmontar operações, como quando a mobilização popular conseguiu impedir a instalação da Usina Termoelétrica a Carvão²⁰. Os esforços se concentram no que julgam ainda possível, continuar a viver “na” e “da” Baía, desenvolver atividades culturais e laborais características da região. Por isso, seguem as regras do jogo da regulação, buscam a mitigação dos impactos e receber compensações pelos danos distribuídos.

Neste sentido questionamos: seria possível ao observar o fragmento em deferência ao papel da ZEE/RJ na Baía de Sepetiba, perceber indicativos ao que se aplica o tipo de zoneamento, qual apreço demonstra com as questões sociais, com o meio ambiente e com o propalado “Desenvolvimento Sustentável”?

Talvez seja leviana qualquer conclusão, porém ao seguir a proposta metodológica da projeção de cenários, tal qual se vale a elaboração dos EIA e RIMA é possível considerar primeiramente, os dispositivos de regulação destinar-se prioritariamente a apropriação e exploração de áreas reconhecidas pela “produção artesanal de baixa escala”. Em segundo, a opacidade em função do desinteresse público e privado sobre determinados domínios pode refletir efeitos positivos. Em virtude do grau de dependência dos recursos naturais reforçarem seu valor e ser desenvolvida a compreensão da necessidade de explorá-los com parcimônia, garantir a saúde do meio ambiente. E por ultimo, a relativa ausência de interferências exógenas, aglutinou representação à existência, permitindo preservar resquícios de Mata Atlântica e áreas estuarinas, fundamentais para a manutenção das atividades de subsistência, de baixo impacto, como as dependentes da paisagem (turismo) e práticas extrativistas (pescaria, coleta de moluscos e, etc.).

Por outro lado, é impossível refutar a opção da regulação, neste caso sob a forma de zoneamento, pelo potencial de atrair “agentes socioeconômicos”, e em virtude de seus incrementos ampliarem a via e conduzir ao possível e aguardado desenvolvimento, benéfico na redução dos quadros de miséria e desigualdade. Contudo, não seria minimamente sensato os arranjos produtivos locais e potenciais reconhecidos, além da posição estratégica privilegiada, fossem discutidos no encontro de soluções integradas, viáveis e comprometidas com a manutenção das riquezas e características naturais do território?

Ratificamos ser fundamental promover a conjunção de esforços comprometidos em diminuir distancias entre expectativas, interesses e interessados, ou seja, estabelecer o diálogo na busca por formulações pautadas tanto no reconhecimento quanto no respeito aos limites de cada ator envolvido, considerando a capacidade de resiliência do bioma. No entanto, a convergência destes elementos e procedimentos, tem contra si a calculadora de capitais econômicos e políticos, uma vez que, negociações demandam tempo e a interferência no cronograma pode operar de forma contundente estes orçamentos.

²⁰ A Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) anulou a licença provisória para a construção da Usina em 20 de ago. de 2002.

Talvez este fechamento não enseje qualquer conclusão, mais permite perceber que faz parte da contemporaneidade não dar muita importância as transformações em curso, talvez por pressupor todas as respostas estejam formuladas. Metaforicamente a Ilha da Madeira encontra-se em erupção, assim como efervesce movimentações na Baía de Sepetiba e periodicamente fatos novos irrompem, portanto, nos atemos a conjecturas.

Contudo toma de assalto nos “ecos da Ilha” a figura do “CUMPRA-SE”, sem a perspectiva dos moradores/pescadores continuarem no seu lugar; a generalizada criação de áreas de exclusão com o aparecimento da “arquitetura das grades”²¹; remoção e aterramento de manguezais e da vegetação remanescente, conseqüente fuga do pescado, também impactados pelo excesso de luzes, barulhos e aumento do despejo de materiais orgânicos (esgoto); aumento da população flutuante, do trânsito de navios/dragas e o perigo da água de lastro; ausências e privação.

A cada visita na ilha, observam-se transformações significativas e se reconhece a produção de novos desconfortos. Por exemplo, o Jornal Atual em Abril de 2012²² reportou protestos contra as inadequadas detonações nas obras de ampliação do Superporto Sudeste e produção de mais uma chuva de pedras, evento registrado em boletim de ocorrência na 50ª DP. Vale ressaltar a prática recorrente, pelo menos desde 2009, quando aconteceu o primeiro “incidente” de iguais proporções.

Outro *frame* relacionado ao comprometimento da qualidade da vida se deu no dia 24 de Janeiro de 2013, quando grande mortandade de peixes foi reportada pelo mesmo veículo de comunicação²³. Na oportunidade enviamos e-mail ao Inea, órgão “responsável” pela monitoração e proteção do meio ambiente no Rio de Janeiro, solicitando esclarecimentos, todavia, não recebemos qualquer resposta, assim como as causas e resultados da análise do material colhido no local é desconhecido.

O sub-bairro conhecido com “Vila do Engenho” vizinho as instalações da MMX/Porto Sudeste, em 2009 abrigava cerca de 110 famílias, apreensivas com as explosões e pelo assédio a suas propriedades. No primeiro momento subtraíram a Escola Estadual Municipalizada Hildebrando Bayard Melo, a quadra poliesportiva, o posto policial e de saúde, logo depois a maioria das residências foram compradas, marcadas com um “X” e demolidas, não suportando as pressões impostas pelos empreendimentos os moradores cederam e assim se promoveu uma verdadeira diáspora.

Diante das perniciosas interferências a mobilização popular atraiu ao bairro as visitas do ministro da Pesca e Aquicultura Marcelo Crivella (02/03/2012)²⁴ e do superintendente da pesca Luciano Vidal (07/11/2011)²⁵. Ambos aferiram agressões, ouviram denúncias e reclamações, entretanto além de promessas nada mais foi feito.

Os últimos golpes se dão por conta do anuncio de remoções²⁶, jamais previstas no EIA e RIMA, mas necessárias para instalar o Estaleiro e Base Naval. Mais recentemente uma ação de “Esbulho Possessório” foi movida pela Sra. Elisabete Aparecida Sagário da Silva. Proprietária de um terreno na Estrada do Contorno, na Ilha da Madeira, que foi invadido pelo grupo de Eike Batista, ela exige a paralisação da abertura do túnel do Superporto Sudeste. De acordo com a moradora “a área privada foi cercada, sem a sua autorização, detentora da escritura do terreno”.²⁷

A ilha, antes bucólica, se reconfigura pelo trânsito intenso de veículos pesados, detonações, máquinas ininterruptamente em funcionamento, lama e, o sossego de antes se perdeu. A vibração e decibéis produzem rachaduras em paredes, transtornos e doenças aos moradores. Os

²¹ Dispositivos e artifícios construídos no ambiente para conter, limitar e selecionar acesso, fluxo e circulação.

²² Disponível em: <<http://jornalactual.com.br/portal/?p=16156>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

²³ Disponível em: <<http://jornalactual.com.br/portal/?p=36896>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

²⁴ Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/ministro-crivella-ouve-reclama%C3%A7%C3%B5es-de-pescadores-1.415334>>. Acesso em: 16 mar. 2012

²⁵ Disponível em: <<http://jornalactual.com.br/portal/?p=4987>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

²⁶ Disponível em: <<http://jornalactual.com.br/portal/?p=41118>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

²⁷ Disponível em: <<http://jornalactual.com.br/portal/?p=46049>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

pescadores/moradores e seus barcos, de pequeno porte, por conta dos “muros”, simbólicos e concretos, erguidos no bairro e baía, dos riscos no trânsito de dragas e navios de grande porte, são impedidos de circular livremente e realizar atividades de pesca e turismo. Os últimos e resistentes moradores que permanecem na ilha e no que sobrou da Vila do Engenho reclamam do isolamento. Alguns guardam materiais comprados para reformar e reparar suas casas, antes da “revolução”, todavia são impedidos pelo desconhecimento do futuro. Em 2012 o passivo ambiental finalmente desapareceu, embora sem esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados, mesmo que buscássemos como fez o Vereador Nisan Cesar, obtivemos sem maiores surpresas, generalizações e protocolos endossando o procedimento.

Por fim, esta reflexão pretende pensar no presente as projeções no futuro, as políticas públicas e o que pode significar “progresso” e “crescimento econômico”. Acreditamos o “Fausto” goethiano, imposto a Ilha da Madeira e a Baía de Sepetiba, retratar a tendência da vida que se afasta do seu caráter mais essencial e se reifica. Mesmo que a moderna representação, depositária dos avanços científicos próprios da civilização tecnológica, se apresse em propor soluções e inovações, a marcha rumo ao progresso se converte em um paradoxo e, por conta do amplificado poder “criativo” e “destrutivo”, da origem a problemas renovados. Por tais evidências, constatamos um processo de refuncionalização, com a desterritorialização, tentativa de apropriação e reterritorialização, que nos faz temer pelo arranjo de subsistência, fim das práticas e cargas culturais societárias. Aflige-nos o rolo compressor que devasta significados e efeitos do lugar, promove o esbulho e a despossessão e marcam a ilha com um X, como fizeram em seus mapas os piratas. Mas, continuamos a acreditar em ser possível discutir interesses e encontrar soluções que conjuguem as diferenças, construir projetos que acionem o compêndio da evolução por estágios sem perceber atrofia ou hipertrofia, produzir medidas onde as incertezas sejam ausentes, e finalmente não ser preciso, na significação de Fernando Pessoa, questionar: Brasil, depois de marcar com X seus filhos, suas baías e “ilhas”, condenando-os a virar carvão, o que você vai ser quando crescer?

Referências

BOURDIEU, Pierre (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANCLINI, N. G. (1994). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, p.100.

CASTEL, Robert (1998). *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Editora Vozes.

ECOLOGY/BRASIL. (2008). *Relatório de Impacto Ambiental para as obras de construção de Terminal Marítimo, para estocagem de minério de ferro e carvão, Empresa LLX – Porto Sudeste, Município de Itaguaí*. Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert. (1993). *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. V. II.

GALIMBERTI, U. (2006). *Psiche e Techne: o homem na idade de técnica*. São Paulo, Paulus.

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A. (2010). *Relatório de Impacto Ambiental: Instalação do Terminal Marítimo para o Embarque de Minério de Ferro na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ*. Rio de Janeiro.

KOSELLECK, Reinhart. (2006). *Futuro Passado* - contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA.(2009). *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)* do Estaleiro e Base Naval para a Construção de submarinos Convencionais e de propulsão Nuclear, em Itaguaí. Rio de Janeiro.

PRITCHARD, D. W. (1967). *What is an estuary: physical viewpoint*. In: G. H. Lauf (Ed.). *Estuaries*, A. A. A. S. Publ. no. 83, Washington, D.C. p. 3-5.

RODRIGUES, Silvio Cesar Alves (2012). *A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território na baía de Sepetiba*. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/RJ. (1998). *Macroplano de Gestão e Saneamento da Baía de Sepetiba: Diagnóstico Ambiental Maio 1998*. Rio de Janeiro.

SUGUIO, K. (1992). *Dicionário de Geologia Marinha*. São Paulo, Editora T. A. Queiroz.